

As catedrais de Rodrigo

Resenha do livro “Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil”, de Miguel Antonio Buzzar (2019)

Francisco Sales Trajano Filho*

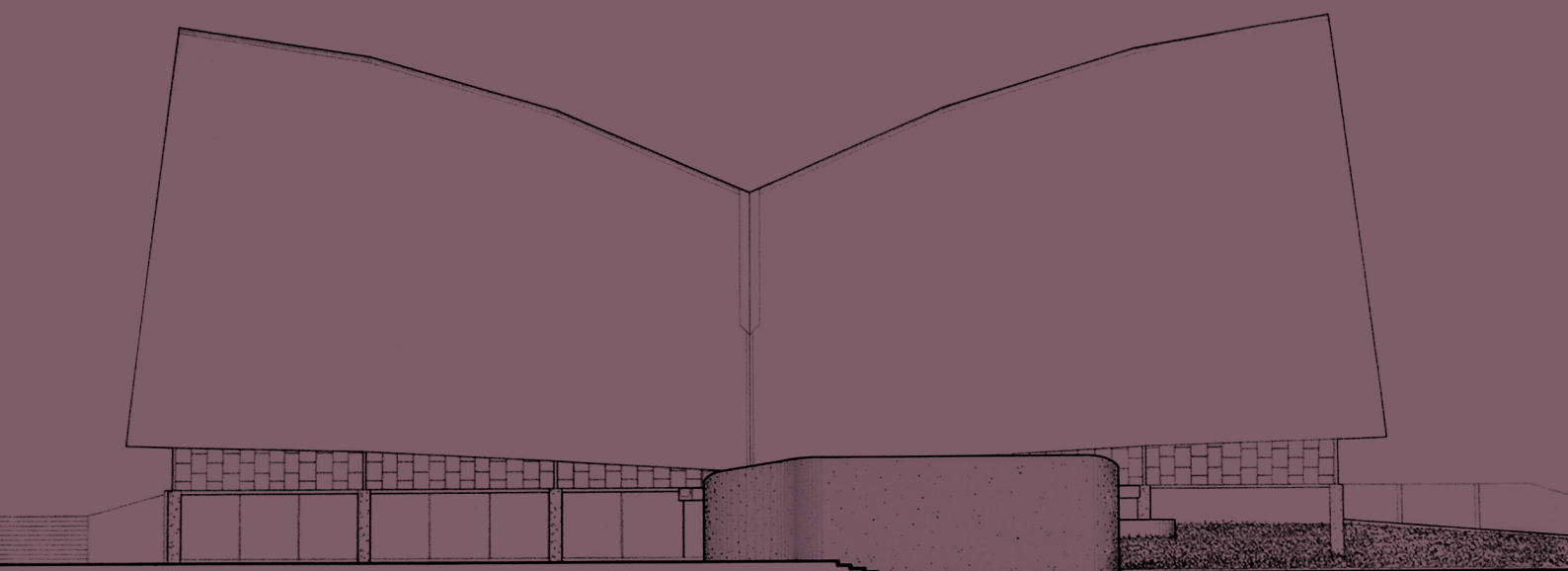


Figura da página anterior:

Vista lateral do projeto “Centro Paroquial 12” - Jardim Maracanã, São Paulo, 1966/70, desenho de Jorge O. Caron. Fonte: Acervo Jorge Caron. (Imagem acrescida pelos editores desta edição temática ao presente texto)

A despeito da natureza política de que eram investidas muitas das ações dos representantes mais progressistas da arquitetura do século XX, a historiografia da arquitetura moderna primou por muito tempo por tecer uma narrativa essencialmente apolítica do seu desenvolvimento, diluindo ideologias e projetos políticos em leituras antes preocupadas em acentuar os ganhos de ordem estética na exploração formal de vanguarda. É certo que muito se alterou nessa seara desde o final dos anos 1960, com a pesquisa cada vez mais reconhecendo a dimensão política na arquitetura, sem que o problema, no entanto, tenha desaparecido de todo.

No Brasil, o mesmo estado de coisas se constata no quadro geral, com a diferença de que aqui as mudanças decorreram a passos lentos, sinal do amadurecimento tardio do próprio campo de pesquisa em história da arquitetura no país. Embora com avanços notáveis nas últimas décadas, mesmo hoje a historiografia da arquitetura brasileira padece da falta de análises mais consistentes a respeito de tópicos centrais em sua estruturação a partir do viés político e ideológico. A trajetória de um personagem basilar como Oscar Niemeyer é com frequência lida em chave formalista, com desatenção ou tratamento apenas superficial do notório comunismo encampado pelo arquiteto e as implicações em sua obra.

Entre os estudos publicados nos últimos anos que tomam os nexos entre arquitetura, política e ideologia como norte analítico está *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil* (2019), de Miguel Antonio Buzzar, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Originalmente uma tese de doutorado defendida em 2002 junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da mesma universidade. A obra vem na sequência da publicação de outro livro do autor, *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira, 1938-1967*, de 2014, por sua vez apresentado como dissertação em 1996, na mesma FAU-USP.

A sequência de estudos dedicada a Artigas e Lefèvre instiga a vê-la como um verdadeiro programa de pesquisa do autor acerca de personagens e questões fundamentais da arquitetura moderna paulista e brasileira. A quem se empolgue com a empreitada, a leitura simultânea das duas obras seria das mais proveitosas, tanto mais porque entre Artigas, Lefèvre e o “coletivo” Arquitetura Nova, do qual seu nome é indissociável, continuidades e rupturas, diferenças e transversalidades percebem-se intensamente nas posições que adotam quanto a temas incontornáveis do debate arquitetônico no Brasil da segunda metade do século passado, como desenvolvimentismo, industrialização da produção e tecnologia, o lugar da arquitetura e do arquiteto na sociedade, a aposta no desenho e seus limites; questões estas consideradas desde a realidade da fatura da obra de arquitetura em seus aspectos técnicos e sociais.

* Francisco Sales Trajano Filho é Arquiteto e Urbanista, Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-3594-6878>>.

Destoando da maior estrela da arquitetura nacional, que ante a inexistência de uma realidade revolucionária imbuíu suas obras, muito a modo de compensação, com a finalidade de promover o gozo estético coletivo, o pensamento e a prática de Rodrigo (assim como a de Sérgio Ferro) assentaram-se numa contundente autocrítica da disciplina arquitetônica, da cultura do projeto e das condições de produção, expostos de forma nada glamourosa sob a luz do materialismo de Marx e Engels.

Assim, o mínimo que se pode dizer a respeito deste livro é que ele é “necessário e oportuno”, como afirma Sérgio Ferro no “não-prefácio à obra”, onde situa a atuação de Rodrigo, e a sua própria, em relação à longa duração da história da produção na arquitetura, e reclama a urgente necessidade de “acabar com o ostracismo profundamente injusto de Rodrigo”.

Embora não se baste por essa razão, só por investir contra esse ostracismo o livro de Buzzar já constitui uma contribuição substantiva ao contínuo trabalho de revisão historiográfica posto em marcha no Brasil desde o final dos anos 1980. Embora ainda haja há muito a ser feito nesse âmbito, é graças a esse trabalho coletivo que a sombra do esquecimento tem recuado e permitido revelar obras e trajetórias profissionais ausentes ou antes marginalizados na narrativa canônica da arquitetura brasileira do século XX.

Lefèvre é um desses personagens. E é um personagem difícil, por orientar sua obra por caminhos e escolhas que não se permitem enquadrar com facilidade naquela narrativa. Exímio em seu ofício de arquiteto, Lefèvre não fez de sua obra uma mera representação do andamento da nossa arquitetura. Pelo contrário, valeu-se dela para expor, sem polimento, muitos dos contrapés e pontos em falso estruturantes dessa arquitetura. Daí sua “impertinência”, daí também seu enorme atrativo e valor.

Ao longo de sua carreira, Lefèvre manteve uma constante atividade de escrita, com artigos publicados em veículos consolidados no âmbito profissional, como as revistas *Acrópole* e *Módulo*, e empreitadas editoriais de vida breve, como *Chão e Ou...*, da FAU-USP. Até recentemente, o contato com esse material demandaria do interessado um empenho considerável em sua busca, dada sua dispersão e dificuldade de acesso¹. O mesmo problema acometia sua atividade projetual, vinculada ou não ao *Arquitetura Nova*. Uma das principais referências disponíveis para isso era o número da revista *Acrópole* (nº 319, de 1965), dedicado ao trabalho do *Arquitetura Nova*. Tal exiguidade passou a ser superada nos primeiros anos deste século. Em um curto intervalo de tempo, dois livros nascidos de pesquisas acadêmicas foram publicados abordando Lefèvre e seu grupo, *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro* (2003), de Ana Paula Koury, e *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões* (2004), de Pedro Fiori Arantes.

“Muito discutido, criticado, pouco conhecido, mas sempre limitadamente interpretado, Lefèvre e sua produção arquitetônica têm muito a revelar” (p.26), é à tarefa de revelar a importância de Lefèvre que se dedica Buzzar, em uma análise que projeta sua inserção para além dos limites do imaginário cultivado em torno do *Arquitetura Nova*. Com um escopo distinto das obras de Koury e Arantes, o livro de Buzzar é o primeiro estudo dedicado exclusivamente a Rodrigo Brotero Lefèvre (1938-1984) ou apenas “Rodrigo”, como é mais conhecido entre os entusiastas de sua obra.

¹ Essa dificuldade de acesso à produção textual de Rodrigo foi sanada com a publicação do livro *Arquitetura Moderna Brasileira: Uma Crise em Desenvolvimento. Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)* (Edusp, 2019), organizado por Ana Paula Koury. O livro junta-se à coletânea organizada por Pedro Fiori Arantes, *Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre* (Cosac Naify, 2006), promovendo um acesso inédito ao pensamento dos arquitetos do *Arquitetura Nova*.

Embora conduzido conforme os rumos trilhados por Rodrigo, o estudo, todavia, não se enquadra, sem mais, no tradicional gênero da trajetória biográfica de arquiteto. Isso porque a comunhão de ideias e de visão de mundo firmada desde os bancos da FAU-USP, nos anos 1950, com Sérgio Ferro e Flávio Império atravessa em diversos momentos a leitura feita por Buzzar. Nem tanto retrato de grupo nem a típica monografia de arquiteto, o tratamento dado pelo autor reproduz, de modo talvez não-intencional, o solo comum que os três arquitetos buscaram criar, fundado no equilíbrio entre sensibilidades individuais e o caráter colaborativo do trabalho em arquitetura, ancorado em uma atitude crítica quanto à arquitetura e seu papel em uma realidade social de profundas contradições.

Sem ignorar as demandas do ofício, tampouco a natureza ideológica do trabalho em arquitetura, Rodrigo teceu nexos sólidos a um só tempo com a arquitetura e com a política, imprimindo na esfera do projeto um rigor correspondente à agudeza com que compreendeu o quadro histórico e as tarefas colocadas àqueles mais comprometidos com a transformação social. Em um arco tenso entre a ação pela forma, em uma aposta no projeto sem ignorar os seus impasses, e a ação política e, no limite, entre o lápis e o fuzil, a trajetória de Rodrigo se desenvolveu em meio a profundas transformações do quadro político, social e econômico do país. Distendida entre o final da década de 1950 e início dos anos 1980, ela enlaça do desmonte do arranjo político e econômico desenvolvimentista de JK à ditadura instaurada pelos militares com o golpe de 1964, do “milagre brasileiro” e sua derrocada ao processo de abertura política no começo dos anos 1980, do incremento de obras públicas e privadas ao recrudescimento e reconstrução das condições do exercício da política, dentro e fora do campo da arquitetura.

Para dar conta desse arco temporal, Buzzar opta por articular dois conjuntos específicos de capítulos que se alternam ao longo do livro. Assim, intercala um olhar detido sobre as obras, as experimentações técnico-construtivas levadas a cabo em sua realização, com discussões acerca das condições políticas e ideológicas que subjazem o trabalho do arquiteto, assim como sobre o funcionamento dos mecanismos historiográficos na construção da história da arquitetura brasileira, a inserção da arquitetura brasileira na plataforma nacional-desenvolvimentista e seu lugar social.

A partir de uma discussão inicial em torno da casa brasileira, os primeiros capítulos operam uma espécie de trânsito geracional, com as formulações de Lucio Costa e Vilanova Artigas servindo de entrada à análise da obra de Lefèvre junto a Ferro e Império. Aqui vemos sua arquitetura transitar de uma exploração tributária da caixa de concreto, característica da “escola paulista” de Artigas, presente nas primeiras obras do trio do Arquitetura Nova, de que são exemplares as residências Marietta Vampré e Helládio Capisano, do começo dos anos 1960, para a pesquisa formal arquetípica de sua produção, explorando as possibilidades da abóbada como solução construtiva, forma essa igualmente impregnada de um sentido crítico do trabalho no canteiro que distingue os compromissos político-ideológicos do grupo. Através de uma atenção detida aos processos de realização das obras, diferenças, nem sempre sutis emergem entre os três arquitetos, com, por exemplo, os impulsos experimentais e vanguardistas de um Flávio Império, chocando-se com a consideração mais realista das demandas do projeto e sua viabilização por parte de Rodrigo, como no caso da residência Juarez Brandão Lopes.

Se marcam um distanciamento entre o professor e seus antigos alunos, tanto em termos arquitetônicos quanto políticos, essas obras sinalizam outrossim o rigor que caracteriza o trato com o projeto por parte de Rodrigo. A aposta na racionalização do projeto e na fatura da obra, aliada à exploração inventiva e crítica no canteiro, constitui um traço fundamental da produção de Rodrigo e seus companheiros, julgados por vezes como realizadores de uma “arquitetura pobre” por sua investigação das possibilidades construtivas a partir das condições materiais do universo da arquitetura popular no país da arquitetura do concreto armado.

Na sequência, Buzzar dedica os dois capítulos seguintes à historiografia da arquitetura brasileira e ao debate sobre técnica construtiva, desenvolvimento e arquitetura. Se no primeiro reincide na denúncia do caráter discricionário da narrativa hegemônica da arquitetura brasileira, cujo norte privilegiou os nexos entre a arquitetura e o projeto de nação que se configura nos anos 1930, com pouca ou nenhuma abertura ao universo temático e ideológico representado por Rodrigo e o Arquitetura Nova, no capítulo sobre arquitetura, desenvolvimento e técnica construtiva o autor explora a densa reflexão proposta por Rodrigo e Ferro, particularmente, acerca das condições de produção na arquitetura brasileira, a ênfase política que atravessa o pensamento desses arquitetos sobre técnica, tecnologia e a fatura da obra no canteiro numa realidade social crivada de contradições estruturais como a nossa.

Os capítulos finais do livro acompanham a atuação de Rodrigo a partir do começo da década de 1970. É nesse momento, iniciado quando ainda se encontrava na prisão, por sua ação política contrária à ditadura, que a exploração mais sistemática da abóbada como forma construtiva e instância de desenvolvimento de novas modalidades de trabalho no canteiro, ganham plena configuração. Muito embora realizadas em parceria com outros arquitetos que não os do Arquitetura Nova, com Nestor Goulart Reis Filho, Félix Alves de Araújo, Ronaldo Duschenes, entre outros, residências como a Pery Campos, a Dino Zammataro – ambas projetadas a partir da prisão -, e a Thomas Farkas trazem a marca distintiva das inquietações projetuais e ideológicas do trio original. De fato, é em obras como a residência Dino Zammataro que repousa parte substantiva da poética do Arquitetura Nova, em que os limites e possibilidades técnicas do meio local adquirem um caráter de manifesto nas marcas da ação do trabalhador sobre a forma final, com a massa amorfa de cimento sobressaindo como um testemunho expressivo do desejo compartilhado de não eclipsar os processos de realização da obra.

Sempre provocou espanto e estranheza, à época como talvez agora, para leitores cujo conhecimento da obra de Rodrigo restrinja-se a sua atuação junto ao Arquitetura Nova, que, praticamente sem solução de continuidade, o arquiteto passasse desses projetos, profundamente engajados numa perspectiva revolucionária desde o canteiro, para compor o quadro de funcionários de uma das empresas de consultoria a serviço do “Brasil grande” da ditadura militar.

A inserção de Rodrigo na lógica da produção burocrática de projetos no âmbito da Hidroservice, passagem das menos conhecidas até então e a qual Buzzar dedica a devida atenção, talvez guarde mais aspectos em comum com sua prática anterior do que as diferenças aparentes de contexto indiquem. Aliás, é nesse sentido que aponta o próprio Rodrigo quando cobrado sobre a compatibilização entre sua ideologia e o trabalho na Hidroservice. Diz ele, em resposta a seus críticos: “em primeiro lugar, não

existem fundamentais diferenças entre o trabalho que o arquiteto faz dentro de uma grande empresa, como a Hidroservice, e o de outros arquitetos que têm pequenos e relativamente pequenos e grandes escritórios” (p.193). Subjacente a esse raciocínio, produto de “certa elasticidade conceitual”, segundo Buzzar, está o reconhecimento do compromisso da arquitetura com a modernização técnica do país que, sem ignorar as contradições implicadas no fato de um arquiteto militante de esquerda servindo ao projeto de um governo autoritário, era capaz também de produzir ganhos de alcance social.

De fato, por mais contrastantes entre si, as modalidades de trabalho assumidas por Rodrigo junto ao Arquitetura Nova e depois na Hidroservice, compartilham um fundo comum caracterizado pelo distanciamento em relação à figura clássica do arquiteto como gênio individual, e por uma cultura do projeto baseada no trabalho em equipe, com menor ou maior complexidade. A dimensão coletiva do trabalho, com a colaboração multidisciplinar antepondo-se a todo individualismo, característico da obra de um Niemeyer, passava pela dissolução da figura tradicional do arquiteto.

Longe de ser nova, essa demanda de reorganização da economia de produção em arquitetura só se acentuou no horizonte da cultura arquitetônica moderna, tanto mais por seu afinco em se manter sempre na vanguarda da exploração das novas possibilidades construtivas, materiais e tecnológicas. Embora Buzzar trate essa fase como uma “ausência de vanguarda”, se levarmos em conta a fala de Rodrigo anteriormente citada, o compromisso entre progresso técnico e conteúdo social, ainda que sob um governo reacionário, alterando aqui o par com que Roberto Schwarz introduz sua “Nota sobre vanguarda e compromisso” (1967), parece colocar o arquiteto, surpreendentemente, como vanguardista na ponta das duas corridas, já que é nessa circunstância, estranha à natureza política do trabalho do arquiteto, que Rodrigo desenvolve o *Projeto de um acampamento de obras: uma utopia*, apresentado como mestrado em 1981, uma proposta de futuro para a arquitetura marcada pela persistência de uma agenda radical no horizonte de distensão política do país. Ou seja, a entrada na Hidroservice não o converteu em um “técnico da forma” dissociado de compromissos sociais de caráter revolucionário, como se poderia julgar pelas aparências.

Também diluindo o contraste que salta de duas instâncias tão estranhas entre si, na atuação de Rodrigo junto à Hidroservice constata-se o mesmo apreço pelo ofício do projeto, traduzido em um rigo analítico e propositivo tratado a partir da perspectiva de uma racionalização abrangente, da prancheta ao canteiro. E isso em um horizonte em que o trabalho do arquiteto ainda padecia de certo amadorismo, com o projeto muitas vezes funcionando tão-somente como uma orientação no proceder, desprovido do grau de determinação que a priori devia conter.

Quanto a esse aspecto, não é exagero reconhecer que a realidade do trabalho na Hidroservice não apenas permite ver todo o potencial dos processos de racionalização ensaiados desde as primeiras obras com Ferro e Império, como potencializam, de igual modo a causa em que se engaja no projeto do canteiro.

Publicado em um momento histórico conturbado do país, em que faces reprimidas da sociedade brasileira ganharam plena visibilidade e capacidade de ação, em que arcaísmos sem fim, que pareciam superados ou em processo de desaparecimento,

tomaram de assalto a realidade, adquirindo um vigor inaudito, com efeitos negativos cuja escala ainda não se pode mensurar adequadamente, mas também em que a necessidade de uma agenda socialmente comprometida, dentro e fora da arquitetura, se impõe com urgência, o livro de Buzzar é bem mais que um ganho historiográfico louvável. Através de um personagem tão profícuo quanto Rodrigo, a obra de Buzzar articula temas indigestos aos quais a historiografia mais bem-comportada ciosamente tratou de ignorar para isolar a arquitetura da esfera da política, da ideologia e do próprio processo histórico, reduzido a um arranjo de consensos, isento de contradições e tensões. É sem dúvida um convite a expandir a compreensão da nossa arquitetura e seus agentes frente aos impasses e perspectivas que o tempo impôs, vistos agora como sujeitos profundamente históricos e não como heróis olímpicos acriticamente acolhidos e mitificados.

Recebido [Mai. 15, 2022]

Aprovado [Jun. 20, 2022]